



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004288-20.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **ANA CAROLINA DA SILVA**
 Requerido: **AEROLINHAS ARGENTINAS S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado junto à ré a realização de viagem para a Argentina, com itinerário que especificou.

Alegou ainda que o voo ajustado atrasou por mais de oito horas, o que comprometeu todo o planejamento que havia realizado.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que sofreu em decorrência disso.

O atraso do voo contratado entre as partes é incontroverso.

Está demonstrado a fls. 11 e 13, além de não ter sido refutado na contestação apresentada.

A ré, aliás, reconheceu tal fato, mas ressaltou que foi causado por razões de segurança decorrentes de problema de ordem técnica e operacional na aeronave completamente inesperados (fl. 20, segundo parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A alegação, porém, não beneficia à ré tendo em vista que ela não amealhou um único indício que lhe conferisse verossimilhança, deixando até mesmo de detalhar com a indispensável precisão qual teria sido o problema técnico porventura ocorrido.

Não se pode olvidar que as partes foram instadas a manifestar interesse pelo aprofundamento da dilação probatória (fl. 72), ao que a ré se manifestou pelo julgamento antecipado da lide (fl. 75).

Portanto, conclui-se que a ré não se desincumbiu do ônus de demonstrar o argumento que invocou em seu favor, de sorte que o atraso verificado se reputa sem justificativa.

Assentadas essas premissas, o dever de indenizar por parte da ré transparece claro.

A autora de um lado elencou com detalhes os prejuízos financeiros que experimentou com o atraso no início de sua viagem (fl. 03, antepenúltimo parágrafo), ao passo que a ré, de outro, não os impugnou específica e concretamente, como seria de rigor.

Já quanto aos danos morais, tenho-os como presentes.

A demora ocorrida na partida da autora foi grande, ficando ela exposta no aeroporto a condição absolutamente inaceitável, como se vê a fl. 12.

Como se não bastasse, é certo que isso projetou reflexos para o restante da viagem, comprometendo o roteiro previamente traçado pela autora e fazendo com que ela perdesse parte do que havia concebido.

Inegável que isso lhe causou transtornos de vulto e que foram muito superiores aos meros dissabores inerentes à vida cotidiana, afetando-a como de resto afetaria qualquer pessoa mediana que estivesse em sua condição.

É o que basta para a configuração dos danos morais.

A indenização pertinente haverá de ser arbitrada consoante os critérios usualmente empregados em casos afins.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, fixo a indenização devida à autora em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora as quantias de R\$ 110,70, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2014 (época do pagamento realizado), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 31 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**